

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE AS ÁREAS NÃO FINALÍSTICAS DAS PROCURADORIAS REGIONAIS DA REPÚBLICA

*Analysis of scientific production on the non-core areas
of Office of Federal Circuit Prosecution*

Daniel Santiago Coutinho de Miranda

<http://lattes.cnpq.br/1837025489660807>

<https://orcid.org/0000-0002-0576-5980>

Assessor-Chefe de Gestão Estratégica no Ministério Público Federal – 2ª Região. Bacharel em Administração pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). MBA em Gestão de Projetos pelo IBMEC. Pós-graduado em Gestão Pública pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Mestre em Gestão e Estratégia pela UFRRJ. Palestrante em eventos nacionais e internacionais. Pesquisador com foco em inovação, carreira e organizações públicas, gestão estratégica e compliance.

RESUMO

Este artigo parte da hipótese de que instituições do sistema de justiça, por terem seus processos finalísticos fortemente relacionados ao Direito, possuem maior número de trabalhos acadêmicos nesta área. Entretanto, tais organizações também possuem em seus organogramas processos gerenciais e de suporte relacionados a outras áreas do conhecimento que, embora não possam gerar resultados diretos para a sociedade, conferem, quando aumentam a qualidade de seus serviços, condições para que a área finalística aumente a excelência de suas entregas para o cidadão. O objetivo da presente pesquisa é identificar e analisar o que foi produzido de conhecimento acadêmico em áreas não relacionadas aos processos finalísticos das Procuradorias Regionais da República (PRRs), unidades de 2ª instância do Ministério Público Federal. Para tal, o referido órgão público será apresentado ao leitor, bem como sua arquitetura de processos. Com base em uma pesquisa bibliográfica realizada em janeiro de 2024, através do termo “Procuradoria Regional da República”, foram encontrados dezoito resultados, organizados, sistematizados e analisados. Os dados da pesquisa demonstraram que de fato há baixa produção de artigos sobre as áreas não finalísticas dessas unidades, além de se registrarem detalhes como o fato de a maior parte da produção ser derivada de trabalhos de conclusão de curso em Administração, visando em sua maioria fazer análises de gestão e análises organizacionais, com uma preferência acentuada pelos temas de Gestão de Pessoas e Governança Institucional.

PALAVRAS-CHAVE

Ministério Público Federal; Procuradoria Regional da República; pesquisa bibliográfica; processos gerenciais; processos de suporte.

ABSTRACT

This article is based on the hypothesis that institutions in the justice system, as their core processes are strongly related to the area of law, have a greater number of academic works in this area. However, such organizations also have in their organizational charts management and support processes related to other areas of knowledge that, although they cannot generate direct results for society, when they increase the quality of their services, provide conditions for the final area to increase the excellence of its services for the citizen. The objective of this research is to identify and analyze what academic knowledge was produced in areas not related to the final processes of the Office of Federal Circuit Prosecution, 2nd instance units of the Federal Prosecution Service. To this end, the aforementioned public body was presented to the reader, as well as its process architecture. Based on bibliographical research carried out in January 2024, using the term "Procuradoria Regional da República" (Office of Federal Circuit Prosecution), 18 results were found, organized, systematized and analyzed. The research data demonstrated that in fact there is a low production of articles on the non-final areas of these units, in addition to recording details such as the fact that most of the production is derived from course completion works in Administration, mostly aiming to carry out management and organizational analysis, with a strong preference for the themes of People Management and Institutional Governance.

KEYWORDS

Public Prosecution Service; Office of Federal Circuit Prosecution; bibliographical research; management processes; support processes.

Recebido em: 09.09.2024 – Aprovado em: 16.09.2024

INTRODUÇÃO

O Ministério Público Federal (MPF) é um órgão autônomo da Administração Pública, composto por uma força de trabalho de 10.065 pessoas, distribuídas por todas as unidades federativas do País, e que possui a missão de defender “a ordem jurídica, o regime democrático, os interesses sociais e individuais indisponíveis e promover a justiça” (MPF, 2010; 2022a; 2024). A instituição faz parte do sistema de justiça, que por sua vez também contempla o Poder Judiciário, Ministérios Públicos, Advocacias, Polícias, Defensorias, a Ordem dos Advogados do Brasil, além de outras organizações que buscam a efetivação dos direitos da sociedade (Sadek *et al.*, 2010).

O órgão possui em sua estrutura funcional áreas de suporte e gerenciamento (áreas-meio), que podem ser compreendidas como atividades de apoio, e, portanto, não estão diretamente relacionadas ao negócio principal da instituição. No caso da instituição pública estudada, os setores internos que representam a área-meio podem ser relacionados a diversas áreas de conhecimento, tais como Segurança, Tecnologia da Informação, Comunicação, Arquitetura, Engenharia, Gestão de Pessoas, Gestão Estratégica, entre outras (MPF, 2015; 2021).

Apesar de não representarem o *core business* e, portanto, não gerarem sozinhos e/ou diretamente os serviços que interferem na percepção de valor que o MPF gera para a sociedade, tais segmentos têm sua importância residida no fato de que, quando percebem um aumento da qualidade dos seus serviços e alcançam um elevado nível de excelência, conferem condições para que a área finalística possa exercer seu serviço com maestria, afetando positivamente os cidadãos usuários daquele órgão.

Dada a importância das áreas de gerenciamento e suporte e reconhecendo as pesquisas científicas como uma das formas de contribuir para a melhoria organizacional, questiona-se o quanto os segmentos não finalísticos de uma instituição do sistema de justiça têm sido alvo de pesquisas.

Nesse sentido, Santos (2008), Fleury e Werlang (2017) apontam que a maior parte do conhecimento produzido sobre as instituições do sistema de justiça tem de fato maiores atrativos para relacionar-se à área do Direito, ligada às atividades finalísticas da instituição. Isso porque o pesquisador do campo do Direito se vê mais atraído por estudar tais instituições, visto que seu estudo científico possui maior probabilidade de gerar impacto na área finalística do sistema de justiça, bem como ser utilizado pelos tomadores de decisão de tais organizações, que igualmente são operadores do Direito.

Tal situação traz a possibilidade de conferir ao pesquisador relevância e visibilidade entre os decisores desse sistema, em contraposição a um pesquisador da área-meio, que pode se ver desestimulado, pois não conseguiria aferir os mesmos benefícios em um ambiente majoritariamente do Direito.

Outro fator relevante é que o ambiente jurídico carrega linguagem com traços de escrita formal e expressões técnicas que podem ser barreiras comunicativas para os não operadores da área (7 Carreiras..., 2021; Giacomini, 2021), gerando dificuldades tanto na compreensão do material disponível para análise quanto na elaboração de textos destinados a esse público.

Para investigar o fenômeno e a hipótese levantada, a presente investigação visa justamente verificar quantos trabalhos e pesquisas foram publicados nos últimos anos tendo como alvo as áreas não finalísticas do Ministério Público Federal, portanto, colocando o enfoque nos trabalhos das áreas de gerenciamento e suporte dentro dessas organizações.

Como recorte, serão pesquisadas as Procuradorias Regionais da República, unidades de 2ª instância do Ministério Público Federal, situadas nas capitais do Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Rio Grande do Sul, Recife e Minas Gerais, abrangendo todas as unidades federativas. A escolha se justifica pelo fato de, além de abrangerem todo o País, as procuradorias apresentarem posição intermediária no órgão, composto por três instâncias, além de igualmente terem lotados em seus quadros servidores e procuradores, representando as áreas finalísticas, de gerenciamento e suporte, sendo, assim, um recorte representativo para a pesquisa.

Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliométrica para trazer dados quantitativos sobre as Procuradorias Regionais da República, sua frequência de produção, principais unidades estudadas, tipos de estudos produzidos, bem como análises comparativas. Adicionalmente, foi realizada uma análise qualitativa com base na leitura integral dos textos, visando compreender os objetivos dos trabalhos, bem como relacioná-los com a cadeia de valor do MPF.

A presente pesquisa visa trazer luz à importância da geração de conhecimento científico sobre áreas não necessariamente ligadas ao Direito, através da compreensão de que as áreas-meio têm sobre si a possibilidade de melhorar a eficiência operacional, gerir recursos, manejar tecnologias e inovar de forma multidisciplinar. Portanto, a ampliação de estudos sobre esse nicho é uma das ferramentas para que se possa ofertar mais e melhores condições para que as áreas finalísticas gerem resultado para a sociedade.

As próximas seções apresentarão a fundamentação teórica deste artigo, bem como o Ministério Público Federal e sua arquitetura de processos, comum às suas unidades. Em seguida se apresenta a metodologia proposta, concluindo-se com os resultados e as contribuições finais.

O MPF E AS PROCURADORIAS REGIONAIS DA REPÚBLICA

O Ministério Público Federal é um ramo do Ministério Público da União, e seu arcabouço normativo é a Constituição Federal, a Lei Complementar n. 75/1993, além dos seus regimentos internos. Implementado através da Portaria PGR/MPF n. 843, de 18 de outubro de 2024, o seu atual Planejamento Estratégico Institucional possui vigência de 2024 a 2027 e apresenta, em seu art. 2º, a seguinte missão, visão e valores:

I - missão: defendermos a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, promovendo a justiça em prol da sociedade;

II - visão: consolidar-se como instituição resolutiva na defesa dos direitos sociais, na promoção da justiça e no combate à criminalidade;

III - valores: transparência, integridade, resolutividade, proatividade, e cooperação; [...]. (MPF, 2024, p. 2).

O MPF divide-se em três tipos de unidades: Procuradoria-Geral da República (PGR), Procuradorias da República (PRs) e Procuradorias Regionais da República (PRRs). A PGR é a sede de todo o MPF, situando-se em Brasília (DF), além de ser o local onde os procuradores atuam junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), Superior Tribunal Federal (STF) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nas PRs, posicionadas em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal, estão os procuradores designados para atuar junto aos juízes federais e aos Tribunais Regionais Eleitorais (MPF, 2010, 2015). Por sua vez, as PRRs atuam junto aos Tribunais Regionais Federais, localizando-se em seis capitais. Nesses órgãos estão os procuradores do segundo nível da carreira, que atuam junto aos Tribunais Regionais Federais (CNMP, 2017; MPF, 2022b). O Quadro 1 apresenta algumas características das PRRs, evidenciando as diferenças em termos de quantitativo de servidores e membros.

QUADRO 1 – DETALHAMENTOS DAS PROCURADORIAS REGIONAIS DA REPÚBLICA

PRR (MPF)	ESTADOS ABRANGIDOS	SEDE	QUANTIDADE DE PROCURADORES	QUANTIDADE DE SERVIDORES EFETIVOS
PRR1	Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins	Brasília (DF)	48	219
PRR2	Rio de Janeiro e Espírito Santo	Rio de Janeiro (RJ)	47	190
PRR3	São Paulo e Mato Grosso do Sul	São Paulo (SP)	53	233
PRR4	Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina	Porto Alegre (RS)	46	195
PRR5	Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe	Recife (PE)	22	130
PRR6	Minas Gerais	Belo Horizonte (MG)	17	40

Fonte: Adaptado de MPF (2015, 2024, 2022b, 2023a, 2023b).

Cabe salientar que a estrutura administrativa das Procuradorias Regionais da República é definida no Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal (MPF, 2015). De acordo com o documento, as PRRs contam com áreas como assessorias jurídica, de comunicação, de pesquisa e análise descentralizada, e de planejamento e gestão estratégica. Também possuem a Divisão de Segurança Orgânica e Transporte, Divisão do Programa de Saúde e Assistência Social, Setor de Programação e Acompanhamento Orçamentário, Seção de Conformidade dos Registros de Gestão, Coordenadoria Jurídica e de Documentação, Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Coordenadoria de Administração e Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

ARQUITETURA DE PROCESSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

O Ministério Público Federal tem a sua arquitetura de processos publicada pela Portaria PGR/MPF n. 43, de 26 de março de 2021. Trata-se de um “instrumento gerencial que consolida o rol estruturado de processos executados pelo MPF, com a finalidade de explicitar os valores gerados e entregues aos públicos interno e externo da organização” (MPF, 2021, p. 1).

Segundo a Association of Business Process Management Professionals (2013, p. 47), processo é “um trabalho que entrega valor para os clientes ou apoia/gerencia outros processos”. Pode ser classificado em três tipos: a) processo primário (ou finalístico); b) processo de suporte; e c) processo de gerenciamento.

Na portaria que instituiu a arquitetura de processos do MPF, definem-se como processos finalísticos aqueles essenciais para o cumprimento da missão do órgão, tendo como característica marcante a entrega de valor direta ao cidadão e à sociedade. A partir desse tipo de processo, será construída a percepção de valor do cidadão sobre os serviços e produtos oferecidos pelo órgão, pois ali está a conexão com o público externo. São exemplos de conjunto de atividades finalísticas do MPF: fiscalizações e inspeções feitas nos temas de atuação do MPF, atuação em inquéritos policiais etc. (MPF, 2021; ABPMP, 2013).

Os processos de suporte são aqueles que apoiam os processos finalísticos e o funcionamento do Ministério Público Federal. A principal diferença desses para os finalísticos é que eles não geram valor, não produzem produtos e/ou serviços diretos para o cidadão. Entretanto, um aumento da eficiência desse tipo de processo pode dar condições ao MPF de também aumentar a capacidade de execução dos processos finalísticos.

Como exemplo é possível citar a situação em que se realize determinado treinamento para os procuradores: o cidadão não usufruirá diretamente, pois não estará na sala de aula; entretanto, os procuradores estarão mais bem qualificados para realizar suas funções, que geram valor direto para sociedade (MPF, 2021; ABPMP, 2013).

A portaria PGR/MPF n. 43 (2021, p. 2) define serem processos de gerenciamento aqueles que “orientam a tomada de decisão, promovem a formulação de políticas e o estabelecimento das diretrizes visando ao alcance dos objetivos e das metas institucionais”. Esses

processos buscam garantir a melhoria contínua da organização, visando assegurar o futuro desejado daquela instituição.

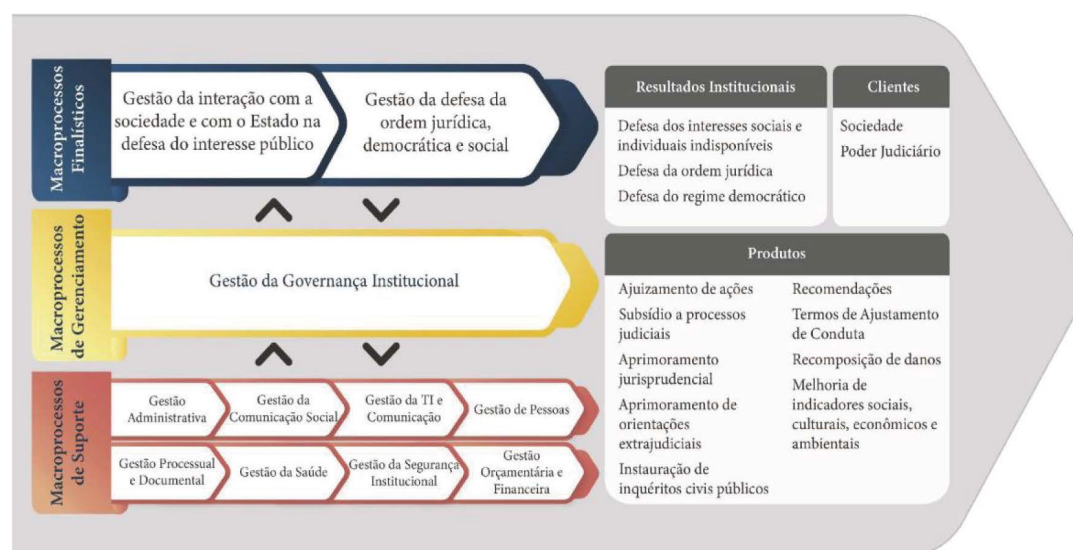
Adicionalmente, além da classificação por tipos, o MPF realiza uma classificação hierárquica, em que os macroprocessos representam e englobam as principais operações da organização para o cumprimento dos seus objetivos constantes no planejamento estratégico.

Os processos, por sua vez, vêm no nível inferior e de forma ascendente aos subprocessos, que podem ser definidos como um "conjunto de atividades inter-relacionadas cujo objetivo é detalhar uma parte específica de um processo."

Como exemplo, há o macroprocesso de gestão da comunicação social, que engloba os processos *gerenciar comunicação interna e externa* e *gerenciar serviços de comunicação institucional*. Enquanto o primeiro tem dez subprocessos, entre eles *gerenciar o relacionamento com a imprensa* e *gerenciar a imagem institucional do MPF*, o segundo tem o subprocesso *gerenciar o catálogo nacional de serviços de comunicação*.

O Ministério Público Federal, através da referida Portaria PGR/MPF n. 43, de 26 de março de 2021, traz um extenso e completo rol com todos os seus macroprocessos, processos e subprocessos e o traduz em sua cadeia de valor, que é a representação gráfica de todo esse material, conforme pode ser visualizado na Figura 1:

FIGURA 1 • CADEIA DE VALOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



Fonte: Ministério Público Federal (2021, p. 5).

Na Figura 1, é possível perceber como se organizam os macroprocessos finalísticos, de gerenciamento e de suporte, e principalmente quais são os processos inseridos em cada um deles. A figura também evidencia a interligação entre os processos.

A ESCOLHA DA PESQUISA APLICADA

Ao buscar classificar as pesquisas, Gil (2017) propõe distribuí-las em dois eixos, sendo a pesquisa básica a que busca preencher um vazio de conhecimento em determinada área, e a pesquisa aplicada a que tem como uma finalidade direta a resolução de questões identificadas no âmbito em que está posicionado o pesquisador.

Fleury e Werlang (2017) complementam que a pesquisa aplicada é aquela que responde a uma demanda – criada por organizações, sociedade e demais atores que circulam nesse meio – pela elaboração de diagnósticos, compreensão de problemas e proposição de soluções para dificuldades existentes.

Uma outra importante definição é a de que pesquisa aplicada é “um estudo sistemático para obter conhecimento ou compreensão necessária para determinar os meios pelos quais pode-se atender uma necessidade reconhecida e específica” (Fasab, 2017, p. 721). Nesse contexto, Fleury e Werlang (2017) e Marques (2016) apontam um importante fator relacionado a esse tipo de pesquisa: a sua capacidade de gerar impacto, especialmente além do ambiente acadêmico. Godin e Doré (2005) identificaram onze tipos de impactos gerados pela produção de conhecimento. São eles:

1. Impacto científico: há o incentivo ao avanço daquele tipo de conhecimento através dos resultados de pesquisa.
2. Impacto político: os novos conhecimentos geram efeitos na legislação, na mobilização de cidadãos e na formulação de políticas públicas.
3. Impacto organizacional: as pesquisas se tornam capazes de influenciar na gestão organizacional, nos fluxos de trabalho e na gestão de pessoas.
4. Impacto tecnológico: as pesquisas tornam capaz a geração de inovação em produtos, serviços e processos, além de se desenvolverem competências técnicas para tal.
5. Impacto econômico: trata-se de pesquisas capazes de gerar riqueza com os seus resultados.
6. Impacto na saúde: cuida-se de pesquisas ligadas à qualidade de vida e à melhora ou manutenção da saúde da sociedade, em dimensões físicas e médicas.
7. Impacto cultural: refere-se à pesquisa capaz de transformar habilidades e atitudes dos indivíduos, através da melhor compreensão de determinado fenômeno.
8. Impacto no ambiente: diz respeito a pesquisas vinculadas à conservação do meio ambiente e da natureza.
9. Impacto simbólico: são os ganhos de credibilidade aferidos pela organização ao investir em pesquisa ou ter sua imagem associada a pesquisadores ou instituições acadêmicas.
10. Impacto social: tem relação com pesquisas que ampliam o bem-estar da população ou alteram concepções e sensos comuns em que determinada comunidade acreditava.

11. Impacto educacional: trata-se do desenvolvimento de novas competências que estudantes obtêm ao fazer pesquisas, bem como da criação de novas ferramentas pedagógicas.

Conhecidos os conceitos de pesquisa aplicada e seus onze tipos de impactos, é feito um questionamento adicional, o de por qual motivo determinado pesquisador investiria recursos em buscar responder determinada questão através da pesquisa científica.

Tal questão é respondida por Santos (2008). O autor afirma que, embora existam problemas diversos, não são todos eles que se tornarão objeto de pesquisa, mas aquelas questões que, se trabalhadas, têm maior probabilidade de retornar em ganhos para o pesquisador, não necessariamente materiais e/ou financeiros, como por exemplo a conquista de uma bolsa ou os diversos tipos de financiamento.

Essa tomada de decisão passa também pela crença de que haverá maior reconhecimento e inserção dentro de seu campo de estudo, visto que passa a ser legitimado entre seus pares, obtendo autoridade em seu meio profissional.

Algumas ressalvas nesse processo de escolha são feitas, como por exemplo a escolha de terceiros, os convites a pesquisadores mais experientes para comporem determinado grupo, as vivências pessoais ou as necessidades de âmbito profissional ou de titulação de algum grau acadêmico.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo de identificar quais trabalhos científicos existem sobre as áreas de gerenciamento e de suporte das Procuradorias Regionais da República, houve uma pesquisa bibliométrica, técnica conhecida por "quantificar os processos de comunicação escrita, e o emprego de indicadores bibliométricos para medir a produção científica" (Reveles; Takahashi, 2007).

Segundo Coelho (2023), essa técnica tem como funções e aplicações verificar quais as revistas mais destacadas para as disciplinas estudadas, monitorar e avaliar o desenvolvimento de determinado nicho de estudo, assim como constatar tendências relacionadas a uma área.

O presente artigo foi realizado em fases, em que primeiramente se efetuou a identificação dos materiais, para os quais foram escolhidos dois tipos de bases para consulta: a) indexadores de materiais acadêmicos, tais como o Google Scholar, Portal Domínio Público – CAPES, Web of Science e Plataforma Lattes; b) bases específicas e abertas do Ministério Público da União, como o Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e a Revista da ESMPU. O conjunto de bases foi escolhido com o objetivo de abranger aquelas amplamente utilizadas pela comunidade acadêmica, tanto nacionais quanto internacionais. Além disso, incluiu-se a pesquisa no Sistema Lattes, garantindo acesso a dados que, eventualmente, não estivessem indexados nas bases previamente consultadas. Complementarmente, foram utilizadas bases específicas relacionadas ao Ministério Público.

Inicialmente foi realizada pesquisa com o termo "Procuradoria Regional da República", bem como "PPR1ª Região", "PRR2ª Região", "PRR3ª Região", "PRR4ª Região", "PRR5ª Região"

e "PRR6ª Região" na base de dados Google Scholar, com os filtros "a qualquer momento", "ordenar por relevância", "em qualquer idioma", "qualquer tipo", desmarcando-se "incluir patentes" e "incluir citações". Embora tenham sido identificados 1.730 resultados, ao se analisarem os títulos e os resumos dos artigos, a imensa maioria versava sobre portarias administrativas, legislações, matérias opinativas ou artigos relacionados à área finalística, restando quatro textos qualificáveis para a análise.

Os mesmos termos foram aplicados no "Portal Domínio Público – CAPES", não se retornando achados. Ao aplicar o termo na Web of Science utilizando os filtros "All fields", retornou-se um achado, sendo um dos textos já coletados na pesquisa do Google Scholar. Adicionalmente, foi feita uma busca textual avançada (por assunto) no Sistema Lattes. Os campos marcados foram "esta frase exata" e bases "doutores" e "demais pesquisadores (mestres, graduados, estudantes, técnicos etc.)", sendo identificados 72 resultados a partir do termo "Procuradoria Regional da República". Cada currículo Lattes trazido pela busca foi analisado, visando distinguir se a utilização do termo apontado se referia a campos diversos não aplicáveis à pesquisa como, por exemplo, indicação de local de atuação profissional. Em se tratando de produção de texto científico, verificava-se se este versava sobre as áreas do escopo do presente estudo.

Por fim, nas bases do MPU, se verificaram o Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União e a Revista da Escola Superior do Ministério Público da União (RESMPU). Nessa etapa reside uma limitação de pesquisa, uma vez que, por se tratar do sistema de justiça e existirem eventuais questões de sigilo, pode haver trabalhos que não identificam especificamente o órgão estudado, não aparecendo assim nas buscas.

Como se utilizaram diversas bases de pesquisa, eliminaram-se eventuais duplicações, ou seja, resultados iguais encontrados em mais de um portal de busca. Os documentos selecionados foram tabelados e organizados por ordem decrescente de ano de publicação, associando-se a cada texto seus respectivos autores, tipo de trabalho (artigo, dissertação, trabalho de conclusão de curso etc.), universidade responsável, PRRs alvo do estudo, entre outros. A partir disso, foram feitas análises quantitativas sobre tais dados, buscando compreender a frequência e a métrica dessas produções, e realizaram-se análises comparativas entre esses dados, para serem mais bem compreendidos os cenários, tais como quais as unidades mais estudadas.

A partir da leitura dos textos disponíveis na íntegra ou de forma parcial, foi possível realizar análises qualitativas para inferir os objetivos daqueles estudos, bem como a sua relação com a cadeia de valor do Ministério Público Federal. Cabe ressaltar que nem todos os artigos estavam acessíveis para análise integral.

RESULTADOS

O Quadro 2 apresenta a relação de todos os trabalhos acadêmicos encontrados e que versavam sobre as áreas de gerenciamento e suporte das Procuradorias Regionais da República, com base na metodologia indicada:

QUADRO 2 • TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE ÁREAS DE GERENCIAMENTO E SUPORTE DAS PROCURADORIAS REGIONAIS DA REPÚBLICA

ID	NOME DO ARTIGO	REFERÊNCIA	TIPO DE TRABALHO
1	Trajetória, barreiras e incentivos da inovação da Procuradoria Regional da República – 2ª Região (PRR2/MPF)	(Miranda, 2023)	Dissertação de Mestrado Profissional
2	<i>Pocket Labs</i> aplicado ao Ministério Público da União	(Chaves; Araujo, 2022)	Artigo
3	Métodos e técnicas de contratações e gestão contratual: um estudo de caso na Procuradoria Regional da República da 1ª Região	(Brito, 2020)	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Administração
4	A influência da cultura organizacional sobre o comportamento dos servidores da Procuradoria Regional da República da 4ª Região	(Siqueira, 2020)	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Administração
5	Percepção dos servidores públicos sobre planejamento estratégico organizacional: o caso de uma unidade descentralizada do MPF através da implantação do <i>Balanced Scorecard</i>	(Amorim; Bandeira, 2020)	Artigo
6	A efetividade da governança na Procuradoria Regional da República (PRR/MPF): uma análise sob a ótica das normas e das pessoas	(Miranda, 2019)	Trabalho de conclusão de Pós-Graduação em Gestão Pública
7	Teletrabalho: no fazer o processo à distância, como processar um agir coletivo?	(Nunes, 2018)	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Psicologia
8	Qualidade de vida no trabalho: análise das ações de bem-estar e saúde desenvolvidas na Procuradoria Regional da República da 4ª Região	(Nascimento, 2017)	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Administração

ID	NOME DO ARTIGO	REFERÊNCIA	TIPO DE TRABALHO
9	Diagnóstico organizacional da Procuradoria Regional da República da 1ª Região	(Oliveira, 2017)	Trabalho de Conclusão de Curso de Gestão Pública
10	Impactos do processo eletrônico E-PROC no MPF - PRR4ª Região	(Peixoto, 2016)	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Administração
11	A Procuradoria Regional da República da 6ª Região - um processo de criação	(Gerum, 2016)	Trabalho de Conclusão de MBA Executivo em Gestão Pública
12	Motivação dos estagiários no serviço público: fatores que motivam os estudantes a estagiarem na Procuradoria Regional da República da 5ª Região	(Pimentel, 2016)	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Administração
13	Análise do impacto da implantação do mapeamento da gestão por competência na Procuradoria Regional da República da 4ª Região	(Rodrigues, 2015)	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Administração em Sistemas e Serviços de Saúde
14	Análise dos métodos de avaliação de treinamentos na Procuradoria Regional da República da 4ª Região	(Fockink, 2014)	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Administração
15	Proposta para implantar o planejamento estratégico de gestão de pessoas na Procuradoria Regional da República da 4ª Região	(Souza, 2012)	Trabalho de Conclusão de MBA em Gestão de Recursos Humanos
16	<i>Balanced Scorecard</i> no setor público: uma análise do mapeamento de competências na Procuradoria Regional da República da 4ª Região	(Guedes, 2012)	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Administração
17	Os usuários da informação jurídica	(Pinho; Barbosa, 2011)	Artigo

ID	NOME DO ARTIGO	REFERÊNCIA	TIPO DE TRABALHO
18	A ginástica laboral pode ser um fator de aumento na produtividade dos praticantes da Procuradoria Regional da República da 1ª Região	(Figueirêdo, 2011)	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Administração

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 2 evidencia a baixa quantidade de trabalhos científicos produzidos tendo por objeto de pesquisa a área de gerenciamento e de suporte das PRRs. Os primeiros trabalhos acadêmicos encontrados datam de 2011, ou seja, dez anos após a fundação desse tipo de unidade. Outra observação é que não existem ciclos constantes ou crescentes de produção ao longo do tempo, sendo verificados dois anos não consecutivos (2013; 2021) sem quaisquer publicações sobre o assunto. Registra-se um pico de três textos acadêmicos no ano de 2016 e no ano de 2020; entretanto, manteve-se uma média de 1,38 textos anuais a partir de 2011.

Com base nos dados levantados, é possível verificar que diferentes unidades de Procuradorias Regionais foram alvo de estudos (Quadro 3). Não houve nenhum trabalho com foco na PRR3 (São Paulo), e destacou-se a Procuradoria Regional da República da 4ª Região, unidade do Rio Grande do Sul, que foi objeto de análise de oito pesquisas relacionadas à área de gerenciamento e suporte.

QUADRO 3 • DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS POR PRR ESTUDADA

PRR	QUANTIDADE DE ESTUDOS	% DO TOTAL
PRR1	3	16,67%
PRR2	3	16,67%
PRR3	0	0%
PRR4	8	44,44%
PRR5	3	16,67%
PRR6	1	5,56%
Total	18	100%

Fonte: Elaboração própria.

Importante salientar que, apesar de no período de 2012 a 2015 haver apenas trabalhos sobre a PRR4, sendo todos eles de conclusão de curso de graduação ou MBA, não se percebe, ao longo de todo o período pesquisado, um movimento para fomentar a produção de estudos, de forma constante, voltados às PRRs. Esse dado é apoiado ao se verificar que, entre todos os autores responsáveis pelos textos, apenas um se dedicou a escrever mais de uma vez sobre Procuradorias Regionais da República.

Essa falta de evidências de um movimento coordenado também pode ser percebida pela fragmentação da disponibilização dos trabalhos, que se encontram distribuídos singularmente em muitas bases, com poucos se repetido em mais de uma base, obrigando os pesquisadores a fazerem amplas consultas; e pelo fato de, dos dezoito estudos analisados, apenas a metade encontrar a íntegra dos seus textos disponibilizados. Isso representa um desafio não só para que os pesquisadores da temática tenham condições de fazer consultas, mas também para que a própria instituição consiga utilizar esse material em prol de aplicações práticas no ambiente organizacional.

Também foi verificado que a maior parte dos trabalhos sobre gerenciamento e suporte das PRRs são trabalhos de conclusão de curso feitos por estudantes de graduação (55,56%), seguidos por trabalhos de conclusão de curso de estudantes de pós-graduação *lato sensu* (22,22%), artigos científicos (16,67%) e, por fim, uma dissertação de mestrado (5,56%). Percebe-se, portanto, que não há teses de doutorado sobre esse tipo de unidade.

Nesse sentido, chama atenção a diferença ao se comparar, por exemplo, com a formação de servidores da PRR2, onde 59% dos lotados possuem ensino superior completo e 32% têm especialização, sendo os outros 9% divididos entre ensino fundamental completo, ensino médio completo, educação superior incompleta, mestrado e/ou doutorado completo. Esses dados indicam que as pessoas lotadas nessas unidades, apesar de possuírem titulações de especialistas, mestres e doutores, em grande parte não têm escolhido estudar sobre a unidade em que trabalham, ao menos com enfoque administrativo (PRR2, 2023b).

Nessa linha, na análise dos trabalhos de conclusão de curso (da graduação e da pós), incluindo a dissertação de mestrado, observa-se que 93% destes são relacionados a cursos que se denominam como pertencentes à área de Administração. Esse dado é relevante, pois, ao se examinar a arquitetura de processos do MPF, as atividades ali presentes apresentam conexão com diversas outras áreas de conhecimento. Isso pode ser ratificado ao se analisar o edital de abertura de concurso de estágio de uma das PRRs do Ministério Público Federal (PRR2, 2023a), onde há vagas em Administração, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Biblioteconomia, Informática, Jornalismo, Publicidade e Propaganda.

Essa variedade de formações encontradas na instituição, e, portanto, possibilidades de que outras áreas sejam exploradas academicamente, é diametralmente oposta ao resultado de que 78% de todos os estudos publicados sobre Procuradorias Regionais da República são feitos por aqueles que estão buscando alguma titulação acadêmica em Administração e áreas correlatas.

Esse dado levanta a hipótese de que este pode ser um fenômeno relacionado com o ingresso no órgão, que para os servidores pode ser feito via cargo de analista, exigindo-se uma formação de ensino superior correlata à lotação futura dessa pessoa (ex.: analista de Arquitetura para o setor de Arquitetura), ou via cargo de técnico, que não exige formação específica. Esse segundo grupo de trabalhadores, ao serem lotados para atuar em áreas de suporte e gerenciamento e se verem confrontados com diferenças em relação à sua formação inicial de nível superior, podem ter visto a necessidade de um estudo mais profundo em Administração, para melhor desempenhar sua atividade.

QUADRO 4 • RELAÇÃO ENTRE PRRS ANALISADAS E UNIVERSIDADES RESPONSÁVEIS PELOS ESTUDOS A ELAS RELACIONADOS

PRR ESTUDADA	SEDE DA PRR	UNIVERSIDADE	ESTADO-SEDE DA UNIVERSIDADE
PRR1	Brasília	Universidade de Brasília (UnB)	Brasília
		Centro Universitário Projeção	
		Universidade Católica de Brasília (UCB)	
PRR2	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Rio de Janeiro
		Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)	Brasília
PRR4	Rio Grande do Sul	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	Rio Grande do Sul
		Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	
		Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UFRGS)	
		Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)	
PRR5	Recife	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Recife
PRR6	Não se aplica (o trabalho da PRR6 analisa o processo de criação de uma unidade antes da sua implantação, motivo pelo qual não é possível fazer a correlação acima)		

Fonte: Adaptado de MPF (2022c); CAPES (2023a).

Ao se analisar a correlação entre o local em que se sedia cada Procuradoria Regional da República e o local onde se situam as universidades responsáveis pelos estudos que as referenciam, encontra-se uma clara percepção de que são os mesmos na quase totalidade dos casos, indicando que os autores têm-se restringido às opções de instituições universitárias locais. Tal fato gera duas consequências. A primeira é a falta de intercâmbio com instituições internacionais, deixando-se de aproveitar tendências e conhecimentos de outros países que poderiam ser aplicados localmente. A segunda é que os estudiosos ficam limitados às opções de mercado locais, de oferecimento de turmas e cursos compatíveis com seus interesses, necessidades, disponibilidade financeira e de tempo.

Uma das soluções possíveis para driblar o problema aparece na investigação constante de um trabalho de pós-graduação que versa sobre a PRR2, sediada no Rio de Janeiro, entretanto feito em uma instituição de Brasília. Trata-se de pós-graduação ofertada pela própria Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), instituição de ensino de membros e servidores do MPU que pode atuar em modalidade a distância e assim detém o poder de oferecer turmas com temáticas e condições favoráveis ao menos àqueles que trabalham na instituição, podendo ser assim um forte indutor de estudos sobre esse tipo de unidade (ESMPU, 2017).

Outro fator importante de se observar é que, apesar de a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aparecer por quatro vezes, nenhuma outra vez uma universidade se repete, seja pública, seja privada, reforçando o argumento de que parece não haver um fomento nesse sentido – visando o médio-longo prazo – ou algum tipo de convênio entre universidades e PRRs.

Partindo para a análise específica dos artigos publicados sobre o gerenciamento e o suporte nas PRRs, através da consulta ao Qualis CAPES, Classificação de Periódicos quadriênio 2017-2020, percebem-se os seguintes dados constantes do Quadro 5:

QUADRO 5 • DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS ACADÊMICOS POR PRRS ESTUDADAS

REVISTA	QUALIS
Biblios	A3
REUNIR	A4
Boletim Científico ESMPU	B4

Fonte: Elaboração própria com base em CAPES (2023b).

Os dados revelam um fator positivo, que a maior parte das publicações estão distribuídas em um Qualis alto, indicando que há interesse editorial por esse tipo de estudo. Adicionalmente, há uma publicação na revista Biblios que é de Lima (Peru), internacionalizando o assunto e a instituição.

Entretanto, a análise das áreas de avaliação dos periódicos que aceitaram a submissão e a publicação também revela uma dificuldade a ser enfrentada pelos autores para encontrar revistas para publicação.

A dificuldade surge de um padrão observado: em todos os casos estudados, é requerido que, de forma simultânea, pelo menos duas das seguintes áreas de avaliação sejam obrigatoriamente abordadas pelas revistas: "Direito", "Interdisciplinar", "Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo" e "Economia".

Por fim, uma terceira questão emerge. Conforme demonstrado, a totalidade dos TCCs e dissertações são da área de Administração, e, ao menos em cursos *stricto sensu*, podem ser apresentadas exigências de publicação de artigos em revistas que contemplem áreas de Administração em seu escopo, como pré-requisito para a titulação¹ (UFRRJ, 2019). Entretanto, o Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) não possui essa área, de forma que tais acadêmicos não poderiam publicar na revista da instituição em que atuam, tendo em vista que a ESMPU é uma escola de governo que abarca o MPF.

Dessa forma, a soma de todos os fatores aqui apresentados em relação aos artigos acaba impondo condições mais restritas e limitantes para que os autores possam publicar, o que automaticamente cria um problema adicional, o de que haverá menos artigos científicos para serem usados como base em textos futuros, gerando um ciclo vicioso.

Uma análise global de todos os textos apresentados no Quadro 1 permite fazer uma conclusão adicional, a de que não há textos analisando Procuradorias Regionais da República de forma transversal, afinal cada trabalho se dedica a analisar uma PRR específica por vez.

Iniciando a análise do conteúdo dos artigos através da nuvem de palavras, tem-se na Figura 2 a análise dos títulos dos 18 estudos encontrados:

FIGURA 2 • NUVEM DE PALAVRAS DOS TÍTULOS DOS ESTUDOS ENCONTRADOS SOBRE AS ÁREAS DE GERENCIAMENTO E SUPORTE SOBRE AS PRRS



Fonte: Elaboração própria.

1 Vide UFRRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Regimento interno do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia. Rio de Janeiro, de 22 de maio de 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/3y7ke95a>. Acesso em: 27 jan. 2024.

A partir da nuvem de palavras, verifica-se que o termo que mais se destaca é "análise", o qual, pela Taxonomia de Bloom, indica que são trabalhos que visam "examinar e dissecar a informação em partes, além de determinar como essas partes se relacionam; identificar motivos ou causas, fazer inferências e encontrar evidências para apoiar generalizações" (Barbosa, 2021). Os termos que aparecem em seguida são "gestão" e "organizacional", sugerindo que, em sua maioria, esse público tem-se detido especialmente em análises e exames de temas relacionados a gestão organizacional, realizando inferências sobre o assunto.

A informação dada pela nuvem de palavras é corroborada pela leitura das publicações pesquisadas, que mencionaram de forma direta que se consideram em igual número como exploratórias (42,86%) e exploratórias-descritivas (42,86%) e, por fim, a minoria como descritiva (14,29%). Como técnica de estudo, a mais utilizada é o questionário (33,33%), seguida por análise documental (26,67%), análise bibliográfica (20%), entrevistas (13,33%) e por fim observação-participante (6,67%).

Percebe-se, ainda, que a maioria (57,14%) dos trabalhos são qualitativos e a minoria (42,86%) se apresenta como quali-quantitativo. Importante citar que nenhum trabalho se apresenta como única e exclusivamente quantitativo.

Com a leitura dos textos disponibilizados, são ratificados esses achados, ao se verificar um padrão entre os autores de querer compreender melhor fenômenos, técnicas ou métodos que estão ocorrendo nas unidades estudadas. São exemplos a busca pela sistematização da trajetória de inovação e a compreensão das suas barreiras e incentivos; a compreensão de como a implantação do teletrabalho tem afetado o trabalhador e as relações sociais no âmbito profissional; a verificação de como têm sido aplicados métodos e técnicas de contratação ou métodos de avaliação de treinamento; a avaliação dos impactos de uma tecnologia já implantada, entre outros.

Seguindo a análise, as técnicas de estudo mais utilizadas dão pistas de como se dá o enfoque desses textos, que pode ser basicamente ramificado em dois eixos.

O primeiro visa analisar os acontecimentos através de uma lógica mais instrumental, com enfoque na conformidade dos processos, resultados obtidos, sistematização e organização, busca de eficiência operacional, ou seja, um caminho de análise e busca de maior racionalização dos processos de trabalho.

O segundo eixo busca compreender como os usuários (internos ou externos à PRR) se relacionam com métodos, técnicas, ferramentas e tecnologias. Busca-se compreender o nível de percepção das pessoas sobre a qualidade dos serviços, sua utilidade, problemas e oportunidades de gestão, distância entre o planejado e o que foi efetivamente compreendido pelo público usuário. Independentemente do caminho, se tem a intenção de compreender como as pessoas são afetadas pelo que foi implantado na PRR.

Um terceiro panorama é apresentado em menor número, diferindo desses dois primeiros eixos. São textos que têm como finalidade principal, após a compreensão da realidade atual, fazer uma projeção ou uma proposta de implantação. É importante salientar que muitas pesquisas aplicadas trazem em seus capítulos de resultados o encaminhamento de

breves propostas de melhoria para a organização estudada; entretanto, nesse caso, todo o trabalho é feito em sentido de se modelar um novo projeto.

Especialmente nos trechos introdutórios de muitos textos, alguns autores escolhem expor qual a sua relação com a organização estudada e, no caso de PRRs, estes são atuais trabalhadores dessas instituições, com vínculo ativo no momento da escrita ou colaboradores com vínculos temporários, seja como estagiários, consultores ou voluntários. Chama a atenção que, ao menos de forma declarada, não há um estudo das áreas-meio desse tipo de unidade por estudiosos que não tiveram algum tipo de vínculo com a organização, fator que pode limitar o público que a estuda a pessoas que tiveram necessariamente algum relacionamento interno.

Por fim, percebe-se que, dentre as publicações com leitura integral disponível, embora tenham características de pesquisa aplicada, poucas apresentam planos de ação, apontam caminhos ou destinam partes do texto a recomendações de modificações e como fazê-las. A maioria dos textos tem como principal entrega a própria análise realizada, ficando a cargo da administração, em caso de interesse, transformar aqueles dados em planos e projetos, o que pode diminuir a utilidade de tais estudos para a prática organizacional da instituição.

Em adição, foi feita uma correlação entre os objetos de estudo dos trabalhos identificados e a cadeia de valor do MPF.

QUADRO 6 • ALOCAÇÃO DOS TEMAS DE TRABALHOS CIENTÍFICOS COM AS ÁREAS DE GERENCIAMENTO E SUPORTE DA ARQUITETURA DE PROCESSOS DO MPF

MACROPROCESSOS DA CADEIA DE VALOR	QUANTIDADE DE TRABALHOS ACADÊMICOS	% DO TOTAL
Gestão de Pessoas	8	44,44%
Gestão da Governança Institucional	7	38,89%
Gestão Processual e Documental	1	5,56%
Gestão Administrativa	1	5,56%
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação	1	5,56%
Total	14	100%

Fonte: Elaboração própria.

Com base na arquitetura de processos do MPF, os macroprocessos “Gestão de Pessoas” e “Governança Institucional” respondem sozinhos por 83,33% das temáticas escolhidas para estudos nas PRRs. Entretanto, cabe também destacar a ausência de estudos, no âmbito

administrativo da organização, de textos que abarquem os macroprocessos de comunicação social, gestão da saúde, gestão da segurança institucional e gestão administrativa.

A área de Gestão de Pessoas apresenta estudos que abordam temas como cultura organizacional, teletrabalho, ações de qualidade de vida no trabalho, motivação de estagiários, treinamentos, gestão por competências, planejamento de gestão de pessoas e ginástica laboral como fator de aumento de produtividade. Entretanto, cabe dizer que essa liderança de gestão de pessoas é fortemente puxada pela PRR4, que representa 87,5% de todos os textos desse tema.

Por sua vez, a governança institucional, embora venha logo em seguida como segundo tema mais estudado, se apresenta com maior dispersão, sendo analisada ao menos uma vez por cada uma das PRRs que foram alvo de algum estudo. Neste nicho, além de uma análise de governança corporativa, aparecem conjuntos dedicados a falar de inovação, planejamento estratégico institucional e diagnósticos e reengenharias organizacionais.

Cabe dizer que se percebe uma inversão de prioridade nas temáticas preferidas dos pesquisadores, se for feito um recorte temporal. Considerando o período de 2011 a 2023, ou seja, doze anos entre a primeira e a última publicação, na primeira metade (2011 a 2017), 50% dos trabalhos eram sobre gestão de pessoas, 30% sobre governança e 10% variavam entre tecnologia da informação e comunicação e outros 10% entre gestão processual e documental. Entretanto, na segunda metade (2018 a 2023), a governança institucional se destacou com 62,5% das publicações, seguida por gestão de pessoas (25%) e gestão orçamentária e financeira (12,5%).

Esse movimento retrata uma mudança no interesse dos pesquisadores, que, se no passado colocavam atenção em processos de suporte, portanto em atividades operacionais que apoiavam o dia a dia tanto da área finalística quanto das demais, recentemente têm-se voltado para os estudos dos espaços estratégicos e de tomada de decisão dessas unidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo cumpre o seu objetivo de investigar as pesquisas das áreas gerenciais e de suporte das Procuradorias Regionais da República. O artigo confirmou a hipótese de que há um baixo número de trabalhos acadêmicos que abordam a temática (18), sendo verificados dois anos não consecutivos (2013; 2021) sem quaisquer publicações sobre o assunto, e um pico de três publicações nos anos de 2016 e 2020, mantendo-se uma média geral de 1,38 textos por ano, desde 2011.

Destaca-se que não há nenhum trabalho com foco na PRR3, e há um volume elevado para a PRR4, unidade do Rio Grande do Sul, que foi objeto de análise de um total de oito estudos. Cabe dizer que há uma grande fragmentação na disponibilização dos trabalhos, os quais se encontram distribuídos em muitas bases diferentes.

Verificou-se que a maioria das pesquisas identificadas (55,56% do total) são oriundas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, não tendo sido encontrados textos de teses de doutorado, embora existam trabalhadores com essa titulação nas unidades estudadas.

Outro ponto que chama atenção é que 93% dos trabalhos acadêmicos de todos os níveis (graduação, especialização ou mestrado) são relacionados a cursos que se denominam da área de Administração, em maioria vinculados a universidades que se situam no mesmo estado da sede da PRR estudada, demonstrando que os autores têm-se limitado a opções de universidades locais.

Em relação aos artigos, a maioria está classificada dentro do Qualis "A". Entretanto, demonstrou-se que pode haver dificuldades para encontrar revistas que aceitem textos que versem sobre a área administrativa de instituições do sistema de justiça, visto que nenhuma publicação de artigo já realizada está em revista que trata somente de Administração Pública ou de empresas, ou áreas correlatas.

Os trabalhos têm-se dedicado a fazer análises de gestão e análises organizacionais, seja por uma lógica instrumental, com enfoque na racionalização dos processos de trabalho, seja buscando entender a percepção dos usuários sobre métodos, técnicas e projetos implementados. Há uma terceira via, em menor número, que busca primordialmente realizar uma proposta de intervenção ou implementação de um projeto de melhoria.

Os macroprocessos "Gestão de Pessoas" e Governança Institucional" respondem sozinhos por 83,33% das temáticas trabalhadas, embora entre os anos de 2017 e 2023 tenha havido uma maioria de textos referentes a governança, apontando que os estudiosos têm preferido atuar sobre a área estratégica e tomada de decisão desse tipo de organização.

O conjunto dos dados estudados, somado a fatores como haver apenas um autor que estudou esse grupo de unidades mais de uma vez; não haver estudos transversais sobre as PRRs, pois elas são estudadas uma por vez; e ter grande dispersão de estudos em diversas bases, indicam não existir uma política ou fomento de médio e/ou longo prazo para que esse nicho seja estudado.

Recomenda-se para futuros pesquisadores que desejam aprofundar os estudos sobre o tema, que busquem entender por que há desinteresse pela produção científica sobre a gestão desse tipo de unidade organizacional do Ministério Público Federal, identificando suas principais barreiras e eventuais incentivos.

Sugere-se também realizar o mesmo tipo de trabalho alterando-se o recorte para Procuradorias da República (1ª instância), Procuradoria-Geral da República (unidade sede) ou para todo o Ministério Público Federal, no qual será possível encontrar resultados mais variados ou confirmar padrões aqui apresentados.

A realização de mais estudos científicos sobre as áreas de suporte e gerenciamento traz um grande potencial de melhoria desses segmentos institucionais, gerando também ganhos na área finalística e a percepção de valor do cidadão sobre o MPF. Tais ganhos podem ser especialmente vinculados ao impacto organizacional de pesquisas, tendo em vista que seus resultados influenciam a gestão organizacional da instituição, tema esse que já apresenta um interesse latente com o surgimento de estudos sobre governança institucional.

Por fim, ao se falar em interesse de objeto de pesquisa pelas áreas de suporte e gerenciamento, em um ambiente onde a área finalística é relacionada ao Direito e seus tomadores

de decisão também apresentam formação nessa área, não se vislumbra que um pesquisador, por exemplo, de licitações, técnicas de contratação ou *balanced scorecard* receba ganhos e reconhecimentos, no âmbito da instituição estudada, de forma parelha aos profissionais da área jurídica. Dessa forma, recomenda-se que a própria instituição elabore políticas ou propostas de fomento financeiras e não financeiras que elevem os ganhos de tais pesquisadores, aumentando o interesse pela pesquisa institucional aplicada.

Se, como reconhecido pela fundamentação teórica, as pesquisas possuem capacidade de gerar impacto, alerta-se que, caso haja grande diferença de quantidade de estudos entre os macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte, e até entre os processos que estão abrangidos por esses macroprocessos, pode haver um indicativo de segmentos organizacionais mais desenvolvidos do que outros.

REFERÊNCIAS

7 CARREIRAS do direito além da advocacia. **IDP Blog**, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/yckvh34h>. Acesso em: 26 jan. 2024.

ABPMP Brasil – ASSOCIATION OF BUSINESS PROCESS MANAGEMENT PROFESSIONALS. **BPM CBOK**: guia para o gerenciamento de processos de negócio – corpo comum de conhecimento. Brasília: ABPMP, 2013. 440 p.

AMORIM, Tânia Nobre Gonçalves Ferreira; BANDEIRA, Herivânio Torres. Percepção dos servidores públicos sobre planejamento estratégico organizacional: o caso de uma unidade descentralizada do MPF através da implantação do *balanced scorecard*. **Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade**, Recife, v. 10, n. 2, maio 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/f2re8bhz>. Acesso em: 27 jan. 2024.

BARBOSA, Marcos Paulo. Conheça e aplique a taxonomia de Bloom para objetivos educacionais. **Plantar Educação**. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/2b4xbese>. Acesso em: 27 jan. 2024.

BRITO, Felipe Rodrigues. **Métodos e técnicas de contratações e gestão contratual**: um estudo de caso na Procuradoria Regional da República da 1ª Região. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/44txsfj3>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CAPES. **Lista de instituições de ensino superior**. Plataforma Sucupira. 2023a. Disponível em: <https://tinyurl.com/46zupjc5>. Acesso em: 24 nov. 2024.

CAPES. **Planilha de classificação de periódicos para o quadriênio 2017-2020**. Plataforma Sucupira. Brasília, 2023b. Disponível em: <https://tinyurl.com/y7kvet92>. Acesso em: 24 nov. 2024.

CHAVES, Husseyn Alaouieh; ARAUJO, Raquel Fragoso. Pocket Labs aplicado ao Ministério Público da União. **Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União**, Brasília, v. 58, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/28zjkzrr>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CNMP – CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Procuradoria Regional da República**. Brasília, CNMP, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/yn3f82rs>. Acesso em: 26 jan. 2024.

COELHO, Beatriz. A bibliometria como uma ferramenta para medir a produção científica. **Blog da Mettzer**, jan. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/3ab3zvzr>. Acesso em: 26 jan. 2024.

ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União. **Apresentação** [online]. Brasília, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/38a58xak>. Acesso em: 27 jan. 2024.

FASAB – FEDERAL ACCOUNTING STANDARDS ADVISORY BOARD. **FASAB Handbook of Federal Accounting Standards and Other Pronouncements, as Amended**. Washington, DC, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/3s99k7ut>. Acesso em: 26 jan. 2024.

FIGUEIRÊDO, Livia Borges. **A ginástica laboral pode ser um fator de aumento na produtividade dos praticantes da Procuradoria Regional da República da 1ª Região**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011.

FLEURY, Maria Tereza Leme; WERLANG, Sergio Ribeiro da Costa. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. **Anuário de Pesquisa Gvpesquisa 2016-2017**. São Paulo: Gvpesquisa, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/22xuhzr5>. Acesso em: 4 nov. 2024.

FOCKINK, Camila. **Análise dos métodos de avaliação de treinamentos na Procuradoria Regional da República da 4ª Região**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/mvybbbjf>. Acesso em: 27 jan. 2024.

GERUM, Maurício Gotardo. **A Procuradoria Regional da República da 6ª Região: um processo de criação**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em MBA Executivo em Gestão Pública) – Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil, 2016.

GIACOMINI, Charles Jacob. Uma nova ética para a linguagem jurídica. **Direito Hoje**, TRF da 4ª Região, Porto Alegre, 4 out. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/gv4ddhrt>. Acesso em: 26 jan. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 129 p.

GODIN, Benoit; DORÉ, Christian. Measuring the impacts of science: beyond the economic dimension. **INRS Urbanisation, Culture et Société**. HIST Lecture, Helsinki Institute for Science and Technology Studies, Helsinki, Finland, 2005.

GUEDES, Gabriel Von Wackerritt. **Balanced scorecard no setor público: uma análise do mapeamento de competências na Procuradoria Regional da República da 4ª Região**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/5y2u7ny6>. Acesso em: 27 jan. 2024.

MARQUES, Fabrício. Os impactos do investimento. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 246, p. 16-23, ago. 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/2s3pvapb>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MIRANDA, Daniel Santiago Coutinho de. **A efetividade da governança na Procuradoria Regional da República (PRR/MPF): uma análise sob a ótica das normas e das pessoas**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) – Escola Superior do Ministério Público da União, Brasil, 2019.

MIRANDA, Daniel Santiago Coutinho de. **Trajetória, barreiras e incentivos da inovação na Procuradoria Regional da República – 2ª Região (PRR2/MPF)**. 2023. 195 p. Projeto de Pesquisa

(Mestrado em Gestão e Estratégia). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia (PROPPG). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **MPF em números**. Brasília: MPF, 2022a. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n8hna87>. Acesso em: 25 jan. 2024.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Portaria n. 357, de 5 de maio de 2015**. Aprova o Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal. DMPF-e, Brasília, DF, 1º jun. 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/2s4eywbb>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Portaria PGR/MPF n. 843, de 18 de outubro de 2024**. Atualiza o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal para o período de 2024 a 2027. DMPF-e n. 208, Brasília-DF, 30 out. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/2hhe92tp>. Acesso em 27 jan. 2025.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Portaria PGR/MPF n. 43, de 26 de março de 2021**. Institui a Cadeia de Valor e a Arquitetura de Processos do Ministério Público Federal. DMPF-e, Brasília, DF, 30 mar. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/4rckvas9>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Relatório do quadro de servidores ativos do Ministério Público Federal**. MPF, 2023b. Disponível em: <https://tinyurl.com/4ub43dek>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Sobre o Ministério Público (MP)**. Brasília: MPF, 2010. Disponível em: <https://tinyurl.com/ycxubmu8>. Acesso em: 25 jan. 2024.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Telefones das Salas de Atendimento ao Cidadão nos estados e DF**. Brasília, 2022b. Disponível em: <https://tinyurl.com/4t8sttrm>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Unidades**: Procuradorias Regionais da República. Brasília, 2022c. Disponível em: <https://tinyurl.com/3ytsj2b>. Acesso em: 26 jan. 2024.

NASCIMENTO, Elaine Cristina do. **Qualidade de vida no trabalho**: análise das ações de bem-estar e saúde desenvolvidas na Procuradoria Regional da República 4ª Região. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

NUNES, Débora Queiroz. **Teletrabalho**: no fazer o processo à distância, como processar um agir coletivo? Considerações clínicas do trabalho. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc7jv69y>. Acesso em: 27 jan. 2024.

OLIVEIRA, Leandro Regio Duarte de. **Diagnóstico organizacional da Procuradoria Regional da República da Primeira Região**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública) – Centro Universitário Projeção, Brasília, 2017.

PEIXOTO, Sirlene Maria. **Impactos do processo eletrônico E-PROC no MPF – PRR4ª Região**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de especialização em Administração Pública Contemporânea) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/3yn6f2vn>. Acesso em: 27 jan. 2024.

PIMENTEL, Celso Henrique Ferreira. **Motivação dos estagiários no serviço público**: fatores que motivam os estudantes a estagiarem na Procuradoria Regional da República da 5ª Região.

2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

PINHO, Fabio Assis; BARBOSA, Ângela Maria da Silva. Os usuários da informação jurídica. **Biblios: Revista Electrónica de Bibliotecología, Archivología y Museología**, v. 44, p. 50-61, 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/2y9y85ah>. Acesso em: 27 jan. 2024.

PRR2 – PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO. **Editai PRR2 n. 2/2023, de 31 de julho de 2023**. 2º processo seletivo público de 2023 para formação de quadro de reserva de estagiários de nível superior nas áreas de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Direito, Biblioteconomia, Informática, Jornalismo, Publicidade e Propaganda e do curso de nível médio de Técnico de Informática - manutenção e suporte. DMPFe, 7 ago. 2023a. Disponível em: <https://tinyurl.com/2s3crfs5>. Acesso em: 26 jan. 2024.

PRR2 – PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO. **Planilha interna de dados de variedades demográficas de membros e servidores da Procuradoria Regional da República – 2ª Região**. Rio de Janeiro, 2023b.

REVELES, Audrey Garcia; TAKAHASHI, Regina Toshie. Educação em saúde ao ostomizado: um estudo bibliométrico. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 245-250, jun. 2007. Disponível em: <https://tinyurl.com/294nv2d3>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SADEK, Maria Tereza (org.) et al. **O sistema de justiça** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 137 p. Disponível em: <https://tinyurl.com/3xse5wj>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos. Conhecimento e interesse: fatores que influenciam a escolha dos objetos de pesquisa no campo acadêmico da pesquisa sobre política educacional. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, Caxambu-MG. Disponível em: <https://tinyurl.com/33uurs3y>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SIQUEIRA, Everton de. **A influência da cultura organizacional sobre o comportamento dos servidores da Procuradoria Regional da República da 4ª Região**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SOUZA, Bernardo Teixeira de. **Proposta para implantar o planejamento estratégico de gestão de pessoas na Procuradoria Regional da República da 4ª Região**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA em Gestão de Recursos Humanos) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxxd9as9>. Acesso em: 1º dez. 2024.